

Ata, sobre a presente ata que vai por mim e membros da diretoria, devidamente assinada. Araranguá/SC, dia de março de dois mil e dezessete

[Handwritten signatures and stamps]

ATA 4/2017

Os vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às onze horas, reuniram-se no auditório da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), os prefeitos que compõe a Associação para tratarem do despacho no edital de convocação nº 004/2017 de 13 de março de 2017. Compôs a mesa, o presidente da AMESC, prefeito de Morro Grande, Waldimir Rocha, saudou os presentes e deu início dos trabalhos para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Discussão sobre a formalização de convênio com o Município Nova Venéza pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da AMESC para administração do Hospital São Marcos (HSM) de Nova Venéza; 2) Komite para visitar as obras de pavimentação de trecho da BR 285, em Timbé do Sul; 3) Participação dos municípios na sessão presencial da Audiência Pública nº 001/2017 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tem que ter por objetivo discutir a instalação de Praça de Rodas Giro na BR-101, no trecho do km 455,9 em Itaipava do Sul (SC) até o entrocamento com a BR 290, em Itaipava do Sul, no dia 24 de março de 2017 (sexta-feira), às 14 horas, na Sociedade Espiritiva de São João do Sul, Rua Luiz Simões, 46-1, Centro, no município de São João do Sul; 4) Assuntos gerais da reunião presidente Waldimir Rocha para a palavra ao presidente

da ACIVA, Roberto Rizzato, que falou da importância das obras de pavimentação com asfalto de 22,06 a 1km da BR 285 (Serra da Rocinha), com a construção de duas pontes e quatro viadutos, e a implantação de um contorno na área urbana do município de Timbé do Sul. Ele pediu aos prefeitos para webarem dos deputados federais e senadores a garantia de recursos para a continuidade da obra neste ano e em 2018, já que há previsão de cortes no orçamento geral da União. Arnócio Menegozo, membro da ACIVA, destacou que a obra está em ritmo acelerado, e cumpre o cronograma físico-financeiro esta delicida no contrato firmado pelo consórcio de obras Trutura e o Governo Federal, e convidou os prefeitos para visitarem a obra dia 19 de abril acompanhado dos engenheiros civil da superintendência regional do DUT em Tubarão, Nelson Medeiros de Oliveira. O horário da visita ainda não foi definido e será repassado posteriormente aos prefeitos. Residente Valdinei convidou a ACIVA para participar nesta sexta-feira, dia 24, da audiência pública em São João do Sul, que discutirá a instalação de uma praça de pedágio no Km 458 da BR 101, em São João do Sul. Prefeito Rogério também convidou a ACIVA prefeitos e demais presentes na Assembleia para participar da audiência pública, e enfatizou que participe da audiência pública em São João do Sul para discutir a instalação de praças de pedágio pelo Governo Federal, e esta com presentes prefeitos de todos os partidos, 12 (doze) deputados estaduais e o secretário de Infraestrutura do Estado de Rio Grande do Sul; que é necessário que a região da AMEC e da AMPEC se mobilizem para que um grande contingente de pessoas se façam presentes em São João do Sul nesta sexta-feira, dia 24 de março, porque realmente é preciso mostrar a força e a união da região; que a audiência em

Esperamos um resultado devido a mobilização, a sexta-feira é a oportunidade de mostrar nossa força política, nossa união com a sociedade, demonstrar a insatisfação com o pedágio em Ponta Preta. Prefeito Moacir garantiu que a presença de pedágio é difícil e desmembramento da região, e principalmente do município de São João do Sul, e acrescentou que se é para conservar as trilhas no Rio Grande do Sul, que o pedágio fique lá; que São João do Sul será contemplado com menos de 1% do total de 155 arrendados, e pediu a todos para se fazerem presentes em São João do Sul, e pedir que esta praga de pedágio não para o Rio Grande do Sul, que este problema não fique resolvido. Presidente Taldioner agradeceu a presença dos membros da ACIVA na reunião, e enfatizou que a AMESC está de portas abertas para discutir os assuntos da região. Em seguida, presidente Taldioner passou a palavra ao prefeito de Nova Venéza, Rogério Trigo, para explorar sobre a formalização de convênio com o Município Nova Venéza pelo consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da Amesc para administração do Hospital São Marcos de Nova Venéza. Prefeito Trigo enfatizou que é credenciado ao SUS, atende pacientes principalmente de Nova Venéza, Torquimbina, Siderópolis, Treviso e Tucuiúma; pertence a Congregação de Irmãs Beneditinas da Ordem Brasileira; está localizado numa área de 19 hectares que pertence ao município e foi transferido a Congregação na década de 90; que elas administraram o hospital por 78 anos, e em 2014 tiveram dificuldades porque reduziu muito o apoio religioso da Congregação e passaram a gastar para o Instituto de Saúde e Educação Vida (ISEV) do Rio Grande do Sul; que as irmãs alugaram a estrutura do hospital para o instituto por R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês, mas o ISEV nunca pagou nenhum real deste aluguel as irmãs, porque elas alegam dificuldades financeiras; que neste período que o ISEV administra o consórcio elas tiveram muitas dificuldades financeiras, funcionários ficaram por receber, e elas tem uma pequena dívida com os funcionários, e chegou

um momento que fosse iminível, que alguns equipamentos e roupas
 estão faltando no município, e eles também um contrato para
 administrar o hospital por 10 anos, que as irmãs querem devel-
 ver aquele patrimônio para o município, mas Nossa Senhora não
 tem como administrar o HSM, que tem pronto-socorro, sala
 ter até 120 leitos, duas unidades cirúrgicas, maternidade, e a
 intenção é fazer um contrato de comodato com o município,
 e não ter nenhum custo para o Cis/AMESC. Prefeito frigo
 afirmou que conversou com o diretor do Cis/AMESC,
 Ricardo Gheller, e o dr. Kobron, e eles entendem que é viável
 o contrato administrar o município. Para ele, o HSM preci-
 sa de bons administradores, e sabe que o Cis/AMESC é um
 bom administrador; que tem problemas e tem que resolver,
 e o sonho das irmãs delas está rezando para que tenhamos
 uma resposta positiva. Dr. Kobron fez uso da palavra e
 disse que o hospital tem condições de atender 100 leitos, e o Cis/AMESC
 administrar o hospital facilitará a porta de entrada; que hoje
 no município são operados pacientes da região e também de
 Itaperi, Bom Retiro, Imbituba; que o local tem um C, endoscopia
 endoscopia, aparelho de cirurgia por vídeo, equipamentos em
 bom estado de conservação, tem mais de R\$ 2.000,00 (dois
 milhões de reais) em equipamentos, e o único da região que
 tem psiquiatria infantil, tem contrato com o SUS e atende 80
 autorizações de Internação Hospitalar (AIH) por mês. Dr. Kobron
 afirmou que os hospitais da região só usam lucro, e o Cis/
 AMESC administrar será um projeto piloto no Estado, pois se-
 rá o primeiro contrato a administrar um hospital, e a
 chance de dar certo é muito grande, pois vai deixar os custos
 dos municípios. Ele finalizou afirmando que nenhum prestador
 quer AIH comuns. O ex-administrador do Hospital São
 José Batista e ex-secretário de saúde de Itápolis e Orleans,
 Paulo Lenti, fez uso da palavra e disse que viu a estrutura
 do HSM, e que este tem uma estrutura muito boa, e não pode

em nada para hospitais como da Unimed em São João Batista e que os equipamentos estão em excelente estado de conservação; que o Estado tem interesse que o Cis/AMESC administre o HSM, e é mais uma porta de entrada para os municípios, principalmente porque muitos municípios não têm hospital e pronto-socorro. Prefeito Sérgio se comprometeu a repassar R\$ 15.000,00 (ento e quinze mil reais) mensais para o Cis/AMESC administrar o HSM; que o comodato com a congregação das armas do município é por 6mo, mas a instrução delas é preparar a documentação e devolver o patrimônio do hospital ao município; que existe a intenção de outros institutos administrarem o HSM, mas não se tiveram conversa com ninguém porque a prioridade é que Cis/AMESC administre o comodato. Presidente Valdimir pediu aos prefeitos que façam suas colocações e disse que na AMESC tudo é decidido por consenso. Prefeito Aloisio falou que é uma preocupação muito grande enquanto prefeito e presidente do consórcio que já temos os maiores problemas nos municípios com a saúde; disse que pelo que foi falado temos um bom hospital. Questionou porque não deu certo com o ISEV, e pelas experiências feitas o grande problema é a quantidade de procedimentos que temos que ter para viabilizar no HSM; que para viabilizar o HSM é necessária mais demanda. Prefeito Marinho afirmou que a oportunidade de o Cis/AMESC administrar o hospital São Marcos, não se resolveu na reunião de hoje, porque é prematuro discutir a viabilidade ou não, porque tem que discutir as contas, o que é bastante de momento. Prefeito Marinho fez suas considerações, e disse que é mais difícil saber se é objeto do Cis/AMESC, que é privado e regime coletivo, administrar hospitais; se os prefeitos estão juntos que terão que assumir os passivos que porventura vierem; que quando tudo isso estiver resolvido é que se pode pensar para o segundo momento, que é definir se vale a pena pagar a administração de qual que hospital, ou do HSM. De ressaltou que o consórcio é privado, ainda não tem a isenção de tributos como o ISEV, e isto é algo que já

inviabiliza qualquer possibilidade de administrar mão-de-obra mais bata-
 ta, ainda mais por ser reletista. Prefeito Marinho refere que as
 ações existentes na Justiça do Trabalho podem inviabilizar
 a administração pública. Conforme ele, no município de Ara-
 ranguá e o CIS/AMESC realizaram ação trabalhista no
 valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), e isto é
 importante; que tem que parar para resolver estes problemas
 que são volumosos e levam a refletir muito isto, que a gram
 de pergunta é: é isto que nos queremos, administrar irrespi-
 tivos? Que sem resolver isto aí não tem condições de dar o
 resumo para. Armando Marinho, em 2005, quando foi
 prefeito, eram contratados servidores pelo consórcio porque
 queriam fugir do limite de gastos com pessoal conforme a Lei de
 Responsabilidade Fiscal, mas nos últimos anos o Tribunal de
 Contas já que inclua nos despesas com pessoal e que é pa-
 go aos servidores através do consórcio, então é algo que caiu
 por terra; disse que um problema grande é que em 2009/2010, já
 com contratados servidores para a prefeitura de Araranguá, através
 do CIS/AMESC, e é visto como concurso público, e agora como se
 resolve tudo isto, questionando como ficam os funcionários
 concursados no CIS/AMESC, e quem arcará estes passivos?
 Ele finalizou dizendo que é preciso resolver as questões legais. Prefei-
 to Arlindo falou que é favorável a toda mobilização, e que todos
 sabem que a saúde é a principal reivindicação e reivindicação,
 então não dá para ficar de braços cruzados, mas é preciso um
 pouco mais de objetividade, falou que já muito elogiado o quadro
 de funcionários, mas o passivo é do CIS/AMESC se ele administrar
 o HSM, então não se pode contratar nenhum funcionário antigo;
 que com isso o passivo trabalhista é de quem estava lá, e
 resolvam lá, pois não tem maneira de garantir não, porque
 Tomar mão-de-obra é responsável subsidiária, ou solidaria-
 mente, então a conta é nossa. Para ele, então essa questão
 jurídica vir definida, que passivo trabalhista não tem, e tudo

o Sr. Prefeito Arlindo enfatizou que os gestores municipais tem que ter estas preocupações, é preciso discutir com segurança, tanto jurídica quanto no município, e resferiu que estes institutos não pagam a tributação patronal. Prefeito Frigo afirmou que tem entendimento com os funcionários do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Saúde de Itaquara (Sindisaúde), que representa os funcionários, e está tudo tranquilo, e que o CIS/AMESC assumirá a administração do Hospital, e o município terá o compromisso de recontratar pelo período de 6 (seis) meses todos os servidores que foram demitidos há 15 (quinze) dias pelo ISEV, desde que estes funcionários demonstrem a capacidade de trabalho, e o Sindisaúde assumirá o compromisso de que não haverá nenhuma ação judicial, que ainda tem que se analisar, para que não venha dar o parecer trabalhista, pois ninguém quer assumir uma empresa com passivo trabalhista, e espera que como o ISEV fez o pagamento de 50% do salário dos funcionários, aguarda que nos próximos dias eles quitam o restante dos débitos trabalhistas. Prefeito Arlindo disse que este documento não tem nenhuma validade e que parece como uma declaração perante a Justiça do Trabalho; que um documento como este de Sindicato não tem nenhuma segurança; a legislação trabalhista é amarrada neste sentido; que o fim do que fez isto deveria levar advertência do Ministério Público do Trabalho, pois que não pode o direito da sua indisponível. Ele finalizou dizendo que o município de Maracajá apóia a ideia, mas de uma maneira clara e objetiva. Prefeito Frigo diz se valerá solidário, assim como os demais prefeitos, o prefeito Frigo, e que acaba pela empresa que o CIS/AMESC tem intenção de administrar o Hospital São Marcos então questiona a validade do consórcio; se os prefeitos tem poder de decisão ou voto no CIS/AMESC; que se os prefeitos tem poder de voto e responsabilidade no consórcio, pode que qualquer assunto relacionado a AMESC e ao CIS/AMESC antes de ser levado a imprensa que seja discutido internamente pelos prefeitos para não gerar expectativas na população, e validarem parecer jurídico da AMESC sobre a possibilidade do consórcio administrar o HSM. Ricardo Aguiar

diretor do CIS/AMESC, respondeu que a reunião de hoje é para
 apresentar o que seria o nome de alguns salas e consórcio
 organizaria a administração do HSM; que o que é bom são as
 cirurgias, que temos consultas e exames pelo CIS/AMESC, mas o
 que temos são as cirurgias; que teríamos mais uma porta
 de entrada, um hospital que estaria sobre o comando do
 consórcio, e os que a questão prefetos poderiam entrar em con-
 tato direto com o CIS/AMESC para solicitar o apoio necessário;
 que a questão negativa que pesa é o passivo Trabalhista;
 que o sindicato fez esta proposta de acordo, mas jur-
 dicamente não pode garantir que os funcionários não vão em-
 trar individualmente contra o CIS/AMESC, querendo vínculo;
 que os contratos trabalhistas não são maiores que dois anos
 com o TSEV, e o Sindicato fará ação coletiva contra o
 TSEV; que os secretários de Saúde dos municípios tem muita
 dificuldade na questão de cirurgia, e na opinião pessoal
 dele seria um benefício o CIS/AMESC administrar o hospital
 mas a decisão é dos prefetos. Prefeito Waldemar disse que a
 reunião estava suspensa por 10 minutos para que a assessoria
 jurídica da AMESC fizesse um parecer jurídico sobre este
 tema. Passados os 10 (dez) minutos, o advogado Fábio Jermias
 apresentou que é necessário uma reunião para que se possa
 ver o estudo o estatuto do CIS/AMESC, da AMESC, do TSEV
 com a longuidade das irmãs, a possibilidade jurídica de
 contratação, os riscos, a forma e os precedentes do TCE/SC.
 Prefeito Waldemar disse que é realmente impossível os prefetos
 decidirem na reunião hoje se o CIS/AMESC irá administrar
 ou não o Hospital São Marcos; que é necessário ter embasamen-
 to jurídico para tomar esta decisão, e convocou os prefetos
 para assembleia extraordinária na próxima segunda-feira
 dia 27, às 9 horas, no auditório da Associação. Prefeito Edir
 disse que é importante convocar os secretários Municipais de
 Saúde para esta assembleia extraordinária, e a sugestão

foi aprovada pelos prefeitos. Prefeito Hugo fala que que as
irmãs estão organizadas pela resposta, mas entende o posiciona-
mento dos prefeitos. Secretário de Saúde de Maracajá, Hugo
Copelli, usou a palavra em nome da Comissão Intergestores Regional
de Saúde (CIR/AMESC), e diz que os secretários falam um pouco
quanto este contrato entre consórcio e HSM, porque estão no dia a
dia discutindo com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado
de Saúde, e uma questão que deixa os secretários preocupados, é como
vão a produção? Todas as cirurgias serão encaminhadas a Brasília?
Como ficam os exames? Pergundo se, hoje o município paga um profis-
sional ou um exame, mas não vai para Brasília, e quando pe-
dirmos um aumento da produção, do valor financeiro os municípios não
têm argumento técnico, uma série histórica de valor para solicitar
sem. Hugo fala que até 2011 todas as cirurgias eram feitas por con-
trato, então era feita uma série histórica, com capacidade instalada, no
qual cada hospital fornecida dados ao município, ao Estado e ao
Ministério da Saúde, e é feita a centralização; que o motivo
para incrementar este contrato, então além das 80 (oitenta) cirur-
gias do HSM, tem que fazer ainda mais cirurgias, conforme capaci-
dade instalada; que desde um a política equitativa do Estado,
inverteu, hoje a maioria dos hospitais fazem um contrato em um
de contrato do que é para fazer, então ficou difícil para os secretários
para a população, e os gestores estaduais e federais. Me acordo com
eles, outra questão que preocupa também é o atraso nos pagamentos pelo
Estado, e os secretários de Saúde solicitam um parecer da secreta-
ria de Estado de Saúde, porque é o único consórcio do Esta-
do que irá administrar hospitais, e CIR/AMESC é privado, e é
o único do Estado que ainda funciona como privado, os demais
são públicos; que talvez tenhamos que trazer os advogados do Minis-
tério da Saúde para discutir isto melhor, e como ficam os prefei-
tos e os secretários de Saúde que têm em seus municípios hospitais
como eles ficam perante estes hospitais? Não vai ter estrutura do
HSM e é muito difícil, que é funcional nas reuniões estas questões

mas questiona como dia e noites? Como dia a urgência e a emergência, porque o hospital está localizado na região verde urbana? Dr. Helson disse que conversou com a secretária de Estado da Saúde e esta afirmou que não o CIS/AMESC ad-
 ministrará o hospital, nada mudará. Ele falou que qualquer paciente que tenha cartão SUS poderá ser atendido no HSM, que sabe que o Estado atrasa os repasses; que a proximidade que tem com Vila Rica torna o hospital praticamente igual basicamente com convênios e particulares; que com isto se paga a folha de pagamento dos médicos; que com o ISEV já vai aumentar o número de particulares e convênios, e que com a ajuda dos municípios tem certeza que isto vai acontecer; que o hospital de Vila Rica torna-se viável economicamente, mesmo com as dificuldades financeiras do SUS, porque tem um corpo clínico que não opera apenas pelo SUS; que os pacientes privados, que estes médicos que não operam apenas pelo SUS, estão levando para o hospital, não obtem o custo fixo, diminuir o tamanho da conta e fazer com que o hospital dê lucro; que tem certeza que o hospital vai dar lucro, porque é uma região rica, com poder aquisitivo bom. A presidente do COSEMS, Roselene Barros, contribuiu dizendo que hoje o hospital é filantrópico e recebe muitos incentivos financeiros do Estado e da União, e o convênio é privado e não receberá estes incentivos. A secretária de Saúde de Turvo e coordenadora do CIS/AMESC, Cláudia Lima Gilvane, falou sobre o deslombamento da casa de saúde do Rio Moina, em Vila Rica, que é administrada pelo ISEV.

Perguntando ela, com o fechamento do convênio todos os pacientes que residem no local terão que ser readquiridos pelas famílias, e aqueles que não têm família a Prefeitura terá que custear a internação, que não será pelo SUS, e sim particular. O preço por dia de internação está sendo calculado em R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais). Ela pediu apoio aos prefeitos para a instalação de Rede de Atenção Primária (RAPS), para que estes

pacientes continuam o Tratamento no município através da atenção básica, e informou que há leitos para Tratamento psiquiátricos nos hospitais de Brava Grande e Bombril, é necessário fazer pressão para que eles sejam atendidos, e o Ministério da Saúde irá modernizar os hospitais gerais e ter atenção básica com os CAPs. Presidente Valdir suguiu que o CIM de AMESC se aproxime dos prefeitos, pois a saúde é a bandeira da AMESC. Segundo ele, a região tem perdido muitos recursos por falta de participação e representatividade, e os secretários são a quem se procuram os prefeitos, e sempre que for preciso fazer pressão política que os prefeitos, através da AMESC, sejam procurados. O secretário de Saúde e vice-prefeito de Bombril, Galaine Lima, ressaltou que participou na última semana, junto com o prefeito Zélio, do Congresso Latino-Americano dos Municípios Premeridos sub Guam e as Associações de Municípios em Jaimonte, e para ele a mesa região ainda é um fracasso em termos de participação, já que poucas pessoas da região participam de um evento tão importante. Concluiu, para ser ter vez e voto com participação, e as portas não irão se abrir se todos participarem unidos, porque as leis mudam muito rápido, e é necessário participação para qualificação. A afilidade do COSEMS, Hezequiel Barros, pediu apoio dos prefeitos para que os secretários de Saúde participem de 21 a 24 de março de encontro do COSEMS, em Florianópolis. Prefeito Henrique justificou a ausência no Congresso Latino-Americano de Municípios, afirmando que enviou Termos de Municípios para participar. Presidente Valdir agradeceu e pediu para todos participarem da audiência pública, dia 24, às 14 horas, na sociedade recreativa São João de Quel, para discutir a instauração da prova de pedagogia, no km 459, da BR 101. Ele acrescentou que foi enviado para todos os senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e entidades orgânicas, porque é necessária uma grande mobilização para dizer não ao pedagogo sem SC. E pediu que cada prefeito comercial com o seu mandato para dizer não ao pedagogo. Ainda mais para ser tratado

eu, Adelmo Hecha, Secretário, levi a presente ata que vai para
mim e membros da diretoria, devidamente assinada. Aracungá,
SC, vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezessete.

~~Assinatura~~ ~~Assinatura~~ ~~Assinatura~~ ~~Assinatura~~
~~Assinatura~~ ~~Assinatura~~
Assinatura ~~Assinatura~~
Assinatura ~~Assinatura~~
Assinatura ~~Assinatura~~
ATA 5/2017

Os vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, reuniram-se no auditório da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), os prefeitos que compoem a Associação para tratarem do despacho no edital de licitação nº 005/2017 de 20 de março de 2017. Compôs a mesa, o vice-presidente da Amesc, prefeito de Bombrás, Zélio Cardoso, saudou os presentes e justificou a ausência do presidente da Amesc, prefeito de Morrão Grande, Edilson Hecha, devido os falecimento da ex-secretária de Saúde e ex-presidente da Câmara de Vereadores no município, Rosane Zente Florêncio da Silva, e deu início aos trabalhos para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Apresentação da análise jurídica sobre a eventual formalização de consórcio com o Município Nova Veneza pelo consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da Amesc para administração do Hospital São Marcos (HSM) de Nova Veneza; 2) Assuntos gerais. Na sequência, passou a palavra ao advogado Fábio Peremia que diante de tudo o que foi exposto, recomendou estudo de viabilidade não apenas financeira, mas também para averiguar se a administração, pelo consórcio, de Hospital, realizado fora dos limites geográficos Municípios consorciados para que não haja confronto com os Municípios que compoem o CIS AMESC que considerando o Plano Diretor de Regionalização - PDRE que os Municípios que compoem o CIS AMESC pertencem à região do extremo sul de Santa Catarina, antes da tomada de qualquer